Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira

Tacito Theophilo G. de Oliveira

Nasceu em Fortaleza, a 31 de maio de 1885, à rua General Sampaio n.º 78 (hoje 822) e era casado com Maria Júlia de Abreu Albano. Sem filhos, o casal adotou um sobrinho, o hoje Gen. Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira Neto.

Filho de Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira (23 out. 1849 — 10 abr. 1894) progressista comerciante em Fortaleza e político de grande prestígio filiado à corente conservadora, chefiada pelo Barão da Ibiapaba. Coronel da Guarda Nacional, exerceu os cargos de Vice-Presidente da Província e Presidente da Câmara de Fortaleza, onde prestou assinalados serviços, gozando de elevado conceito entre seus correligionários. Quando da proclamação da República, embora aceitando a mudança de regimen, manteve-se fiel à Monarquia, não aceitando nenhum cargo dos que lhe foram oferecidos.

Neto de Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira (17 mar. 1816 — 15 ago. 1859). Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, exerceu os cargos de Diretor dos Índios, Juiz Municipal de Sobral, Diretor do Censo da Província e Juiz de Direito da Comarca de Baturité. Foi Diretor do Liceu, Professor de Retórica e Deputado Geral pelo Ceará.

Órfão aos 10 anos, Manoel Theophilo estuda em Fortaleza, no Colégio do Professor Emiliano Pessoa e completa seu curso secundário no Liceu do Ceará (1902). Viaja para a Bahia e se matricula na Faculdade de Medicina e Farmácia, sendo diplomado em Farmácia (1905).

Transfere-se para o Rio de Janeiro e entra para a Faculdade de Medicina, cujo curso termina em 1907. Enquanto estuda, serve como auxiliar-acadêmico no serviço de Profilaxia da Febre Amarela, participando da memorável campanha chefiada por Oswaldo Cruz, de cuja amizade desfruta e ao lado do qual continua trabalhando.

Defende a Tese "A Habitação e a Profilaxia da Tuberculose", sendo aprovado com distinção pela Comissão constituída pelos Professores Miguel Couto, Miguel Pereira e Filafiano Nery.

Inscreve-se, então, no Concurso para o Serviço de Saúde do Exército. Obtém o quinto lugar entre 52 candidatos e é promovido a 1.º Tenente Médico, a 9 de novembro de 1910. Serve inicialmente na guarnição de Teresina onde sua atuação revela "solicitude, zelo e dedicação". É mandado para o Ceará. Apresenta-se e entra em exercício junto à 2.ª Companhia Isolada de Caçadores, sendo louvado pelos serviços prestados e "pela inteligência e prova de disciplina e correção que revelou". Nomeado para a 1.ª Região Militar, viaja para Manaus. Volta a Fortaleza mas não se demora e é mandado para a guarnição de Belém. Acompanha o 46.º Batalhão de Caçadores ao Maranhão e, finalmente, retorna a Fortaleza, sempre elogiado pela "competência, carinho, zelo, interesse e elevado critério" de seus serviços profissionais.

Entra, como sócio fundador, no Centro Médico Cearense, onde exerce o cargo de Secretário Geral. Participa do Conselho Diretor da Associação Oswaldo Cruz, mantenedora do Instituto Pasteur.

Elege-se Deputado Estadual (1915) filiado ao Partido Conservador Cearense defendendo, na Assembléia Legislativa, soluções para os problemas de maior interesse para o Ceará e os cearenses. Participa das Comissões de Instrução e Saúde Pública e da Força Pública e se destaca por suas iniciativas na Comissão de Fazenda e Orçamento, cuja presidência exerce com muito realce. Destaca-se, como resultado de suas atividades, a apresentação de projetos de organização do Ensino e da Força Pública, de grande repercussão na imprensa e na opinião pública, merecendo destaque na mensagem presidencial de 1918. No desempenho, sem remuneração, das comissões encarregadas de rever os Regulamentos de ensino primário e secundário, apresentou projeto do Regulamento de Instrução Pú-

blica Primária, merecedor de elogios pela propriedade e atualização dos conceitos e idéias nele contidos.

Quando ocorre a cisão do Partido Conservador Cearense, defende a tese da escolha de um elemento conservador, em oposição à candidatura Belisário Távora, até então pertencente ao Partido Democrata. Apóia o Partido para a eleição do Dr. Justiniano de Serpa.

Chamado a exercer a Secretaria da Fazenda, embora lhe fosse permitido acumular, renuncia ao mandado de Deputado Federal por julgar tal acumulação contrária ao regimen.

Revela-se, então, o grande financista que revolucionaria as rendas do Estado. Inicia seu trabalho com a completa reorganização dos serviços de arrecadação e fiscalização dos impostos. De sua gestão são as Leis: 2.034, de 11 de nov. 1922, que reorganizava o serviço de arrecadação e fiscalização das rendas; 2.221, de 31 out. 1924, que autorizava a criação de Postos Fiscais nas fronteiras e no litoral, bem como nas zonas servidas por estrada de ferro; 2.335, de 31 out. 1925, que estabelecia normas de contabilidade. Por fim, instituiu o Imposto de Consumo.

Graças ao conhecimento que tinha das condições da economia do Estado e da reforma tributária, consegue elevar, em 1923, a arrecadação de 6.900 para 15.400 contos de réis, com uma melhor e mais eficaz taxação dos produtos exportados e dos impostos sobre indústria e profissão, de consumo, predial e de transmissão de propriedades.

Apreciando esses resultados, diz o *Diário do Ceará* de 27 de fevereiro de 1924: "E chegou a essa prova de nossa prosperidade sem esgotar as possibilidades dos contribuintes, sem sacrificar as classes laboriosas, sem determinar ações excessivas nas cobranças dos tributos em atraso. Essa é que é a política de verdadeiro patriotismo que faz ressaltar a grandeza e a prosperidade do Ceará. E tudo foi resultado da política financeira executada pela competência do Dr. Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira, ilustre e probo Secretário da Fazenda."

Conseguindo elevar o Estado a um grau de prosperidade jamais anteriormente alcançado, acabou reconduzido à Secretaria da Fazenda. Assim, de 1920 a 1926, em três governos (Justiniano de Serpa,

interinidade de Ildefonso Albano e Moreira da Rocha) exerceu essa destacada função.

Eleito Deputado Federal em 1927, para a legislatura 1927 a 1929, destaca-se por sua atividade parlamentar e como membro da Comissão de Orçamento. Relator da Comissão de Finanças foi, no exercício de seu mandato, grande batalhador em favor das obras contra as secas do Nordeste, sendo disto prova os discursos que pronunciou na Câmara dos Deputados defendendo a aprovação do Projeto que concedia recursos destinados à construção de grandes barragens. Revelando profundo conhecimento do problema nordestino, defendia a açudagem e a irrigação como remédios eficazes no combate às secas "fixando de vez o homem ao solo, quer pela açudagem particular e a perfuração de poços, quer, de modo mais amplo, pelas grandes barragens — uma solução econômica do problema". E seguia mostrando a necessidade de transportes, estradas de rodagem e carroçáveis, levantamento topográfico das bacias irrigáveis, etc. Argumentava mostrando que Orós permitiria a irrigação de 100.000 hectares de terra e, no entanto, a obra se arrastava, ameaçando a perda dos trabalhos iniciados. Respondia a indagações de Batista Luzardo, retrucando: "Já basta, com efeito, de censuras às somas despendidas no Nordeste."

E volta à tribuna defendendo o "prosseguimento da obra grandiosa de Epitácio Pessoa" e esclarecendo: "O de que carecemos é de constância na ação, de continuidade nos esforços" e levantava sua voz em defesa da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) mostrando seus valiosos estudos sobre Geologia, Botânica, Hidrografia e Topografia; os estudos, projetos e fiscalização dos açudes públicos e particulares; a perfuração de poços, construção de estradas, instalação de estações meteorológicas. Viu seus esforços coroados de êxito com a aprovação do Projeto pelo Congresso e sua sanção pelo Presidente da República (31 dez. 1928).

Deixa a política, antes da Revolução de 1930, e retorna ao Exército. A 7 de abril apresenta-se e é mandado à Escola de Aplicação do Serviço de Saúde para realizar o Curso de Aperfeiçoamento. Embora afastado da tropa tantos anos, termina o curso com nota dez e o conceito Muito Bem (pág. 27 de suas Alterações).

Participa da equipe de Profilaxia Especial das Forças Nacionais

acantonadas na Vila Militar, Deodoro, Realengo e Escola de Aviação Militar, sendo louvado "de ordem do Sr. Ministro como digno dos maiores encômios, sob o ponto de vista técnico, como profissional que tão habilmente se houve nas funções que lhe foram cometidas, no momento em que a aglomeração nos quartéis pela condensação de tropas, com o advento das gloriosas Forças Nacionais, fazia temer a eclosão de qualquer mal epidêmico".

A 17 de abril de 1931 apresenta-se no Recife e assume a direção do Hospital Militar e, logo depois, a Chefia do Serviço de Saúde, sendo promovido a Major a 20 do mês seguinte. Por ocasião do motim do 21.° BC apresenta-se ao Hospital Militar de onde sai para prestar socorro aos feridos, enfrentando o fogo cerrado de ambos os lados e servindo de parlamentário na rendição dos insurretos.

Desenvolve grande atividade junto à tropa regional que visita e inspeciona freqüentemente. Atua como Juiz do Conselho Permanente de Justiça da 7.ª Circunscrição.

Grassava, então, no Nordeste, a terrível seca de 1932 e o Governo Federal, em seu plano de ajuda, vale-se da Cruz Vermelha Brasileira para organizar uma Missão de Socorro aos Flagelados do Nordeste que tantos benefícios propiciou às nossas populações interioranas. Manoel Theophilo é convidado e aceita a Chefia do Posto de Socorro do Ceará. Apreciando a situação diz que o flagelo "assumira proporções jamais alcançadas em épocas decorridas — por ser fenômeno que já se vinha fazendo sentir em três anos consecutivos, parcialmente, é certo, mas trazendo o empobrecimento progressivo dos habitantes do Estado". Com a ajuda federal surgiram a "emparelhar com os núcleos de trabalho" campos de concentração de flagelados sem trabalho, mantidos com recursos fornecidos pelo Ministério de Viação e administrados sob a direção do Governo do Estado.

Estudando a localização dos campos e dos núcleos de trabalho, as vias de comunicação e os meios disponíveis, estabelece Postos e, de um deles, centraliza a coordenação dos serviços de direção e de controle. Tais Postos atendiam os serviços de vacinação, assistência médica a adultos, crianças e parturientes.

Os resultados dos trabalhos mostram quão valiosa foi a ajuda prestada e sua chefia é assim apreciada: "Com critério e competên-

cia administrou o Posto de Saúde onde se encontrava o maior número de flagelados concentrados no Nordeste, não poupando esforços para o bom desempenho de suas funções. É um oficial digno e que merece os maiores encômios desta Chefia, o que faço com prazer."

De regresso ao Rio de Janeiro assume a 3.ª Seção da 3.ª Divisão da Diretoria de Saúde e ali tem oportunidade, em contacto com o Congresso, de dar mostras de sua capacidade como político e como financista, a ponto de ter o Ministro de Guerra declarado "que este oficial como membro da Comissão Permanente de Orçamento é merecedor dos mais francos elogios pela inteligência e eficaz colaboração no árduo trabalho da mesma comissão, elaboradora do anteprojeto do orçamento da despesa deste Ministério referente ao exercício entrante, demonstrando assim grande capacidade e conhecimento da matéria."

Forte surto de moléstia contagiosa manifesta-se no 3.º RI, na Praia Vermelha e Manoel Theophilo passa à disposição da 1.ª Região Militar. Entra em atividade e, ao final, "mais uma vez ficou demonstrada a capacidade de trabalho deste higienista e profissional competente que sem favor. constitui um dos elementos mais brilhantes do Corpo de Saúde do Exército".

Entre seus muitos trabalhos coube-lhe presidir a comissão destinada a orientar os estudos dos projetos do Hospital e do Pavilhão de Isolamento da nova Escola Militar de Rezende.

Promovido a Tenente-Coronel (25.12.1938), é louvado como "oficial dotado de sólida cultura, de excelente caráter e de esclarecida inteligência". Desempenha com "elevado critério e muito cioso de suas funções" os cargos de Chefe do Serviço de Saúde da 8.ª (Belém) e da 7.ª (Recife) Regiões Militares e de Diretor da Cruz Vermelha Brasileira.

Exercia importante função na Diretoria Geral de Saúde do Exército, no Rio de Janeiro, quando veio a falecer a 16 de janeiro de 1941, aos 55 anos de idade.

Manifestando o reconhecimento do Serviço de Saúde do Exército ao colaborador desaparecido, o Coronel Diretor assim registrou sua palavra "de respeito, de admiração e de saudade. ... Se nos conduzirmos a contemplar em visão retrospectiva, o caminho per-

corrido pelo Dr. Manoel Theophilo, ora perlustrando as mais altas funções públicas do seu Estado natal, ou representando-o por duas legislaturas na Câmara Federal; ou dentro do Exército no desempenho das mais árduas e delicadas atribuições, sentimos que qualquer cousa de altamente precioso e de comovente o orientou no exato sentido da ordem, do método, da meticulosidade, da proficiência, do devotamento.

Sua grande fé cristã fê-lo um exemplo exortativo da honra. Servido o seu grande coração por uma inteligência brilhante, pôde caldear, em tão valioso cadinho, um caráter inflexível, austero e sem mácula, que se traduzia em energia serena, suavizada por atitudes brandas e por uma expressão harmoniosa e tranqüila.

Homem extremamente simples, nem a superioridade dessas virtudes, nem as maiores conquistas que sua inteligência assinalou turbaram jamais a transparência cristalina de sua modéstia, ou chegaram a desfazer a trama em que se teceram e firmaram os seus predicados essenciais: o caráter íntegro, o amor ao trabalho, a delicadeza e finura do trato."

Este o homem, o cidadão, o militar, o médico, o financista e o político que em vida se chamou Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira.